



RELATÓRIO SEIS MESES DE GESTÃO

PLANO DE GESTÃO DO BIÊNIO 2021-2023

MACRODESAFIO 11: APERFEIÇOAMENTO
DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

BELÉM – PARÁ
AGOSTO/2021

SUMÁRIO

1- Apresentação.....	4
2- Responsabilidade e Equilíbrio Fiscal na Gestão Orçamentária e Financeira	4
3 – Inovações na Gestão Orçamentária e Financeira.....	7
4 – APRIMORAMENTO DA GESTÃO DA ARRECADAÇÃO	9
5- IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE QUALIDADE DOS GASTOS	13

BIÊNIO 2021-2023

CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO
Desembargadora Presidente

RONALDO MARQUES VALLE
Desembargador Vice-Presidente

ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA
Desembargadora Corregedora Geral de Justiça

Desembargador Milton Augusto de Brito Nobre
Desembargador Rômulo José Ferreira Nunes
Desembargadora Luiza Nadja Guimarães Nascimento
Desembargadora Vânia Valente do Couto Fortes Bitar Cunha
Desembargador Raimundo Holanda Reis
Desembargadora Vânia Lúcia Carvalho da Silveira
Desembargador Constantino Augusto Guerreiro
Desembargadora Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos
Desembargador Ricardo Ferreira Nunes
Desembargador Leonardo de Noronha Tavares

Desembargador Maria de Nazaré Saavedra Guimarães
Desembargador Leonam Gondim da Cruz Junior
Desembargadora Diracy Nunes Alves
Desembargadora Gleide Pereira de Moura
Desembargador José Maria Teixeira do Rosário
Desembargadora Maria do Céu Maciel Coutinho
Desembargadora Maria Edwiges de Miranda Lobato
Desembargador Roberto Gonçalves de Moura
Desembargadora Maria Filomena de Almeida Buarque
Desembargadora Edinéa Oliveira Tavares
Desembargador Luiz Gonzaga da Costa Neto
Desembargador Mairton Marques Carneiro
Desembargadora Ezilda Pastana Mutran
Desembargadora Maria Elvina Gemaque Taveira
Desembargador José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior
Desembargadora Rosi Maria Gomes de Farias
Desembargadora Eva do Amaral Coelho

Miguel Lucivaldo Alves Santos
Secretário de Planejamento, Coordenação e Finanças

1- Apresentação

Durante esses seis meses de gestão do biênio 2021 a 2023, a Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças, planejou suas ações acreditando na força do valor do trabalho em equipe, na relevância das atividades a cumprir, no alinhamento, integração e capacitação do seu quadro funcional, não obstante os desafios diários impostos pela pandemia do COVID 19, que tem exigido elevada capacidade de criatividade e extrema responsabilidade com o planejamento rigoroso e aplicação correta e racional dos recursos públicos disponíveis, sempre objetivando cumprir com os compromissos na disponibilização dos recursos orçamentários e financeiros à execução da política judicial, assegurar os recursos necessários à folha de pagamento dos magistrados, servidores e terceirizados, primando pelo equilíbrio fiscal e financeiro do Orçamento do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

2- Responsabilidade e Equilíbrio Fiscal na Gestão Orçamentária e Financeira

No decorrer desses 06 meses de gestão, foram concebidas e estão em fase de execução, ações inovadoras, muitas já concluídas, que visam contribuir com o aumento da capacidade de planejamento, melhoria dos instrumentos de planejamento e de arrecadação judicial e extrajudicial, por meio da utilização de tecnologias de gestão e inovações nos mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias de custeio, investimentos e pessoal ao aprimo-

ramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da administração pública, ao mesmo tempo, em que se busca estabelecer a cultura de adequação dos gastos ao atendimento das necessidades prioritárias e essenciais dos órgãos da justiça.

Na Tabela 1, a seguir, tem-se a previsão de Receitas Previstas e Transferidas até 30/07/2021, observando-se um crescimento de 11,34% nas receitas realizadas nesse período, com um incremento de 34% no Fundo de Registro Civil, 11,57% na receita do Tesouro e 8,55% no Fundo de Reaparelhamento Judicial.

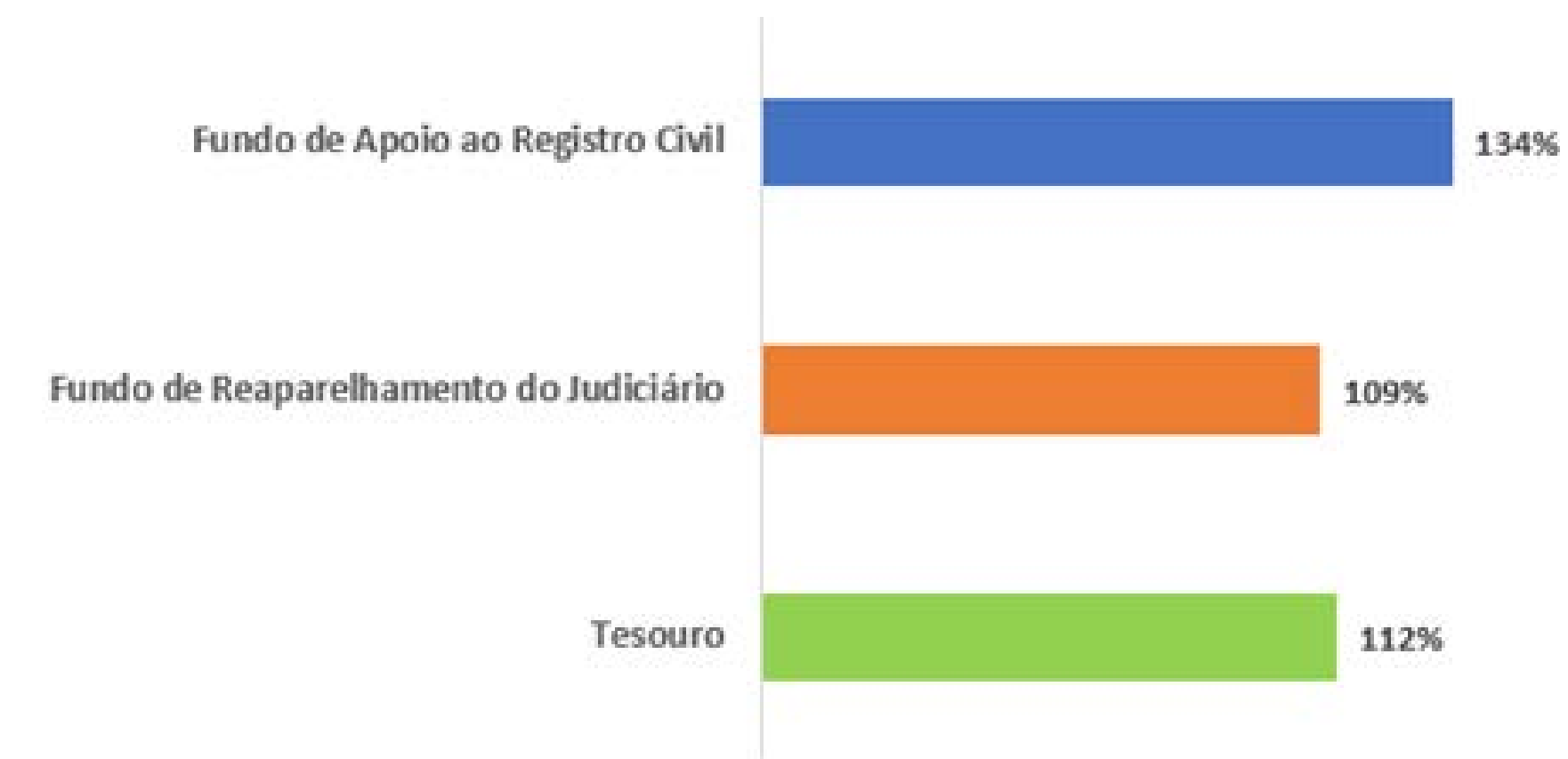
Tabela 1: Previsão e Realização das Receitas Próprias e Transferidas – 2021*

Fonte	Receita Prevista	Receita Realizada
Tesouro	R\$ 690.146.081	R\$ 770.047.749
Fundo de Reaparelhamento do Judiciário	R\$ 86.657.021	R\$ 94.069.310
Fundo de Apoio ao Registro Civil	R\$ 3.500.000	R\$ 4.690.223
Total	R\$ 780.303.102	R\$ 868.807.282

*Até 30/07/2021.
Fonte: SEO/WEB – SIAFEM

No Gráfico 1, abaixo demonstrado, tem-se o percentual de Execução das Receitas Próprias e Transferidas, onde destaca-se o elevado percentual de execução das receitas próprias e transferidas até 30/07/2021, em relação ao que foi previsto.

Gráfico 1: Percentual de Execução das Receitas Próprias e Transferidas – 2021*

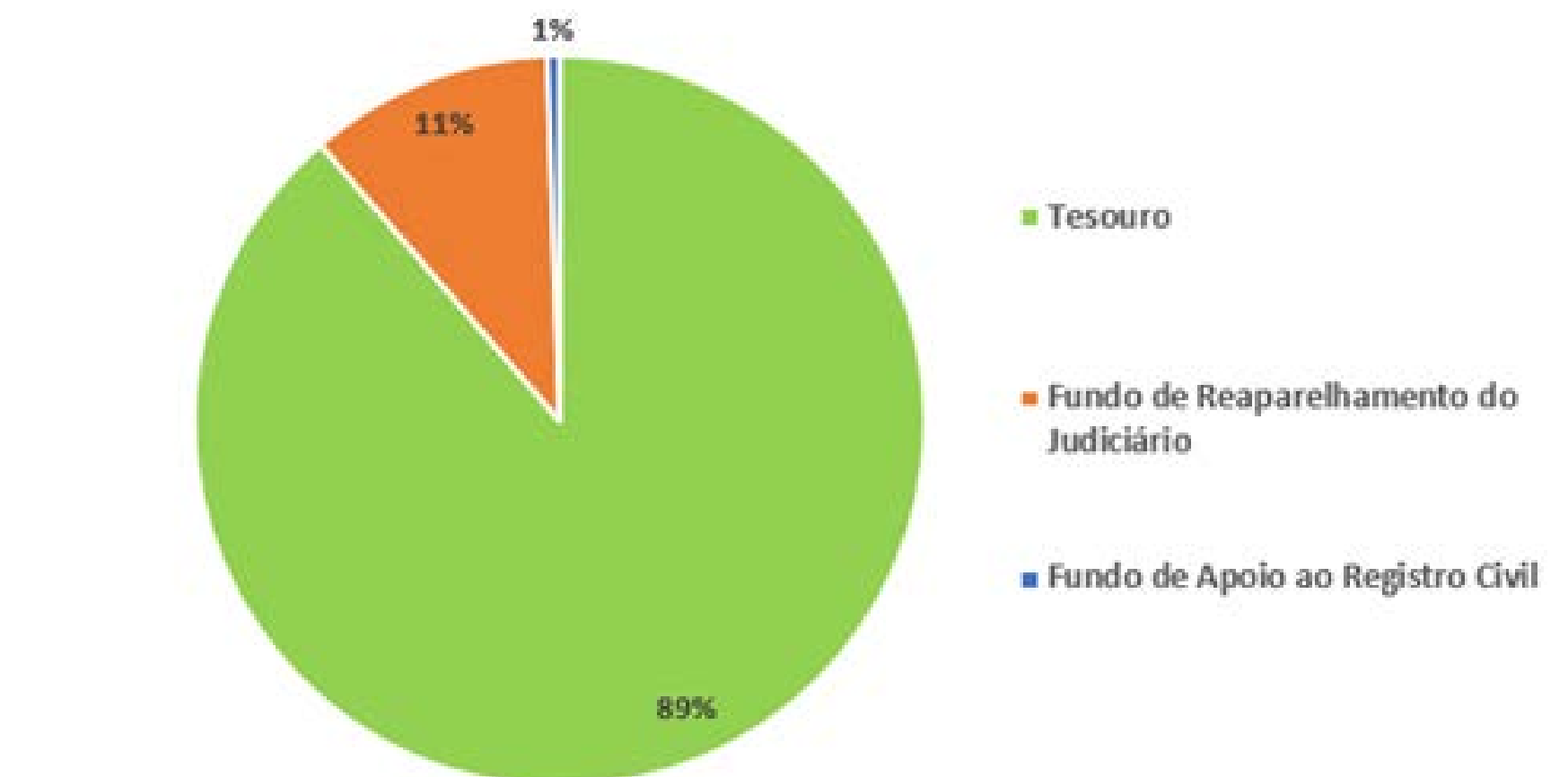


*Até 30/07/2021.
Fonte: SEO/WEB – SIAFEM

Conforme se depreende do demonstrativo das Receitas Previstas na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2021- Lei nº 9.160/2021, de 06 de janeiro de 2021, constata-se que, 89%, são decorrentes das transferências constitucionais devidas ao Poder Judiciário pelo Tesouro estadual, 11%, são advindas do Fundo de Reaparelhamento do Poder Judiciário e 1%, são decorrentes do Fundo de Registro Civil, conforme se demonstra no Gráfico 2, reforçando a importância

das medidas planejadas focadas na adoção de estratégias para ampliação e aprimoramento dos mecanismos de arrecadação e captação de recursos para o financiamento da política administrativa e judicial.

Gráfico 2: Participação das Receitas Próprias e Transferidas nas Receitas Totais – 2021*



*Até 30/07/2021.
Fonte: SEO/WEB – SIAFEM

No tocante as despesas, observa-se que as despesas com pessoal e encargos são responsáveis pela maior pressão no orçamento autorizado para o exercício, correspondendo a 81%, enquanto 18%, são relativos às outras despesas correntes, ou seja, 99%, do orçamento são destinados às despesas de pessoal e encargos e custeio do aparelho do judiciário, restando apenas 1% do total do orçamento para investimentos, conforme se demonstra na Tabela 2.

Tabela 2: Detalhamento das Despesas por Grupo e Unidade Gestora – 2021*

Grupo de Despesa	Despesa Executada (R\$)	%
UG 04101 - Tribunal de Justiça do Estado - TJE	593.440.666	100%
Pessoal e Encargos Sociais	526.972.526	89%
Outras Despesas Correntes	66.468.140	11%
UG 04102 - Fundo de Reparelhamento do Poder Judiciário - FRJ	53.690.037	100%
Outras Despesas Correntes	50.320.975	94%
Investimentos	3.369.062	6%
Total - Pessoal e Encargos Sociais	526.972.526	81%
Total - Outras Despesas Correntes	116.789.114	18%
Total - Investimentos	3.369.062	1%
Total Geral	647.130.702	100%

*Até 30/07/2021.
Fonte: SEO/WEB – SIAFEM

Destaca-se que as principais despesas correntes são relativas a consumo, contratos terceirizados e manutenção predial. Correspondendo os investimentos a 15% das despesas executadas nesse período, conforme a Tabela 3 a seguir:

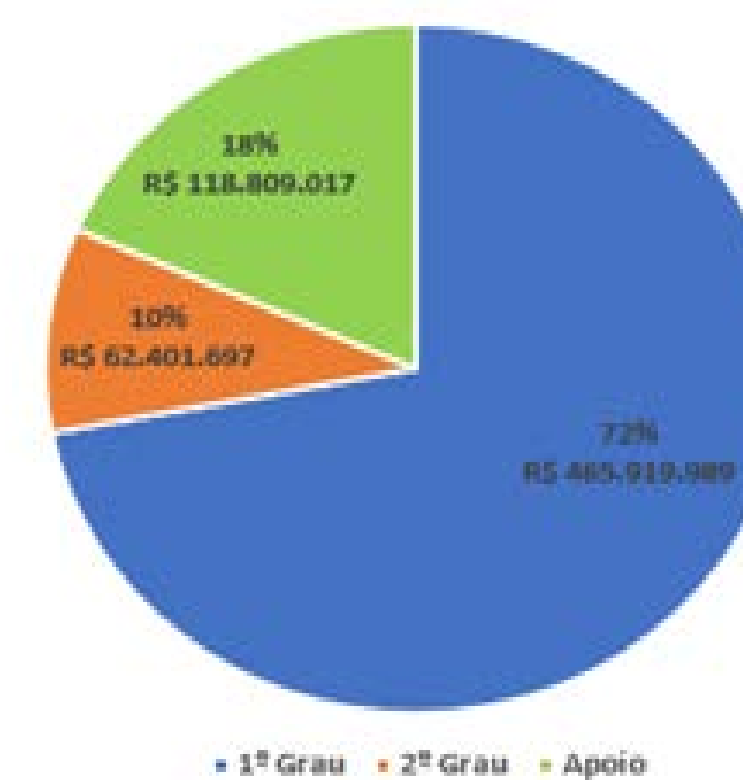
Tabela 3: Detalhamento das Principais Despesas – 2021*

Tipos de Despesa	Despesa Executada	%
Despesas de Consumo (Energia, Abastecimento de Água e Telefonia)	R\$ 4.453.002	20%
Manutenção Predial	R\$ 2.094.334	9%
Contratos Terceirizados	R\$ 12.678.740	56%
Investimentos	R\$ 3.369.062	15%
Total	R\$ 22.595.139	100%

*Até 30/07/2021.
Fonte: SEO/WEB – SIAFEM

No que se refere a execução das despesas por Grau de Jurisdição, ressalta-se a priorização ao 1º Grau, que correspondeu a 72% das despesas realizadas, enquanto 18% foram destinados ao 2º Grau e 10% relativos ao Apoio.

Gráfico 3: Detalhamento de Despesas Realizadas por Grau de Jurisdição – 2021*



*Até 30/07/2021.
Fonte: SEO/WEB – SIAFEM

3 – Inovações na Gestão Orçamentária e Financeira

Na perspectiva de executar as ações de forma inovadora e alinhadas à um direcionador tangível dos objetivos e resultados a serem alcançados, foi feito o planejamento estratégico da Secretaria, de forma participativa, com o engajamento de todos os gestores, tendo em vista implementar um modelo de gestão por resultados, atualizando a missão, visão e valores e construindo os planos de ações de todas as unidades organizacionais, dimensionando indicadores, metas e prazos de execução, de forma a concluir com êxito as ações planejadas no Macrodesafio de Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira, previsto no Plano de Gestão do Biênio 2021 a 2023.

Destaca-se nesse sentido, as inovações introduzidas na gestão orçamentária e financeira com a ampliação da participação das unidades administrativas do Tribunal e articulação com o Poder Executivo na construção da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2021, traduzindo-se em estratégia de concepção que contempla de forma mais ampla as necessidades de financiamento da política judicial.

Como medidas complementares de enfrentamento à escassez de recursos, nesse período foi concebido o Núcleo de Apoio à Captação de Recursos para Projetos Estratégicos – NUCRE, com a finalidade de ampliar as possibilidades de captação de recursos para aplicação em pro-

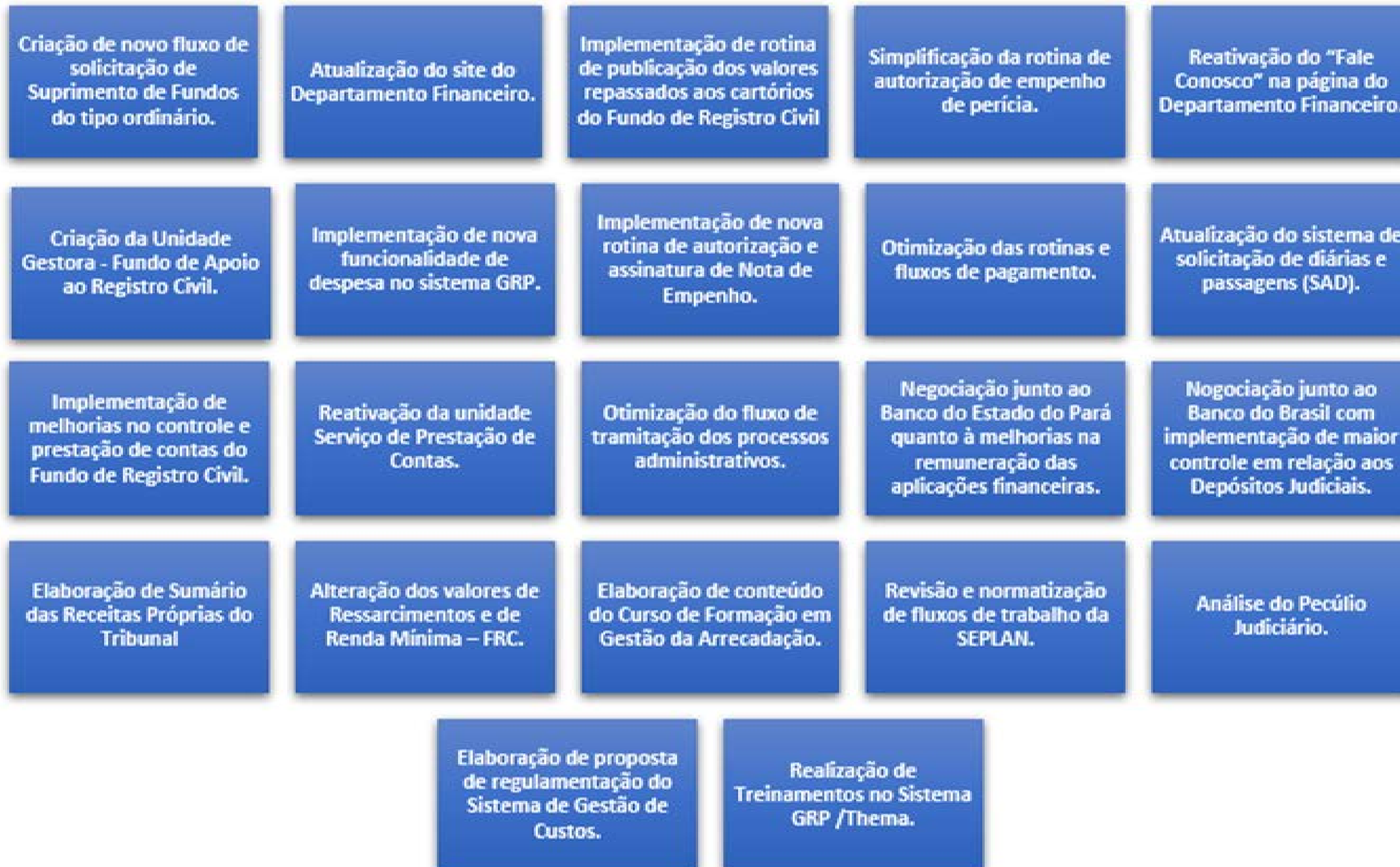
jetos estratégicos, visando a implantação de ações estruturantes de melhoria da prestação jurisdicional, que resultou em articulação com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e elaboração de Projeto de Inovação em Gestão Judiciária, na perspectiva de obtenção de financiamento.

Assim como, foram desenvolvidas e implantadas melhorias nos sistemas de arrecadação judicial e extra judicial, como a implantação dos relatórios gerenciais de arrecadação e do Selo Digital nas Comarcas do interior.

Adicionalmente, foram desenvolvidas iniciativas para a completa integração dos sistemas orçamentários e financeiros do TJPA com os sistemas do Poder Executivo, como o SIA-FEM, SIGPLAN e SEO/WEB, bem como, a inclusão de novos módulos e funcionalidades que resultarão até o final da gestão desse biênio em melhorias nos instrumentos de planejamento e controle da gestão.

Nesse sentido, também se encontram em fase de desenvolvimento ações voltadas a revisão dos fluxos e processos de trabalho da área orçamentária e financeira, visando a identificação de fluxos repetitivos tendo como foco a desburocratização e a ação de tornar o processo de pagamento da despesa mais célere e eficiente.

Ações Concluídas:



Ações em Andamento:

Proposta de atualização da legislação de Custas Judiciais de forma a autorizar o recolhimento por diferentes meios de pagamento e ampliar a possibilidade de parcelamento de débitos.

Negociação junto aos Bancos quanto à implementação de melhorias na sistemática de transferência dos Depósitos Judiciais.

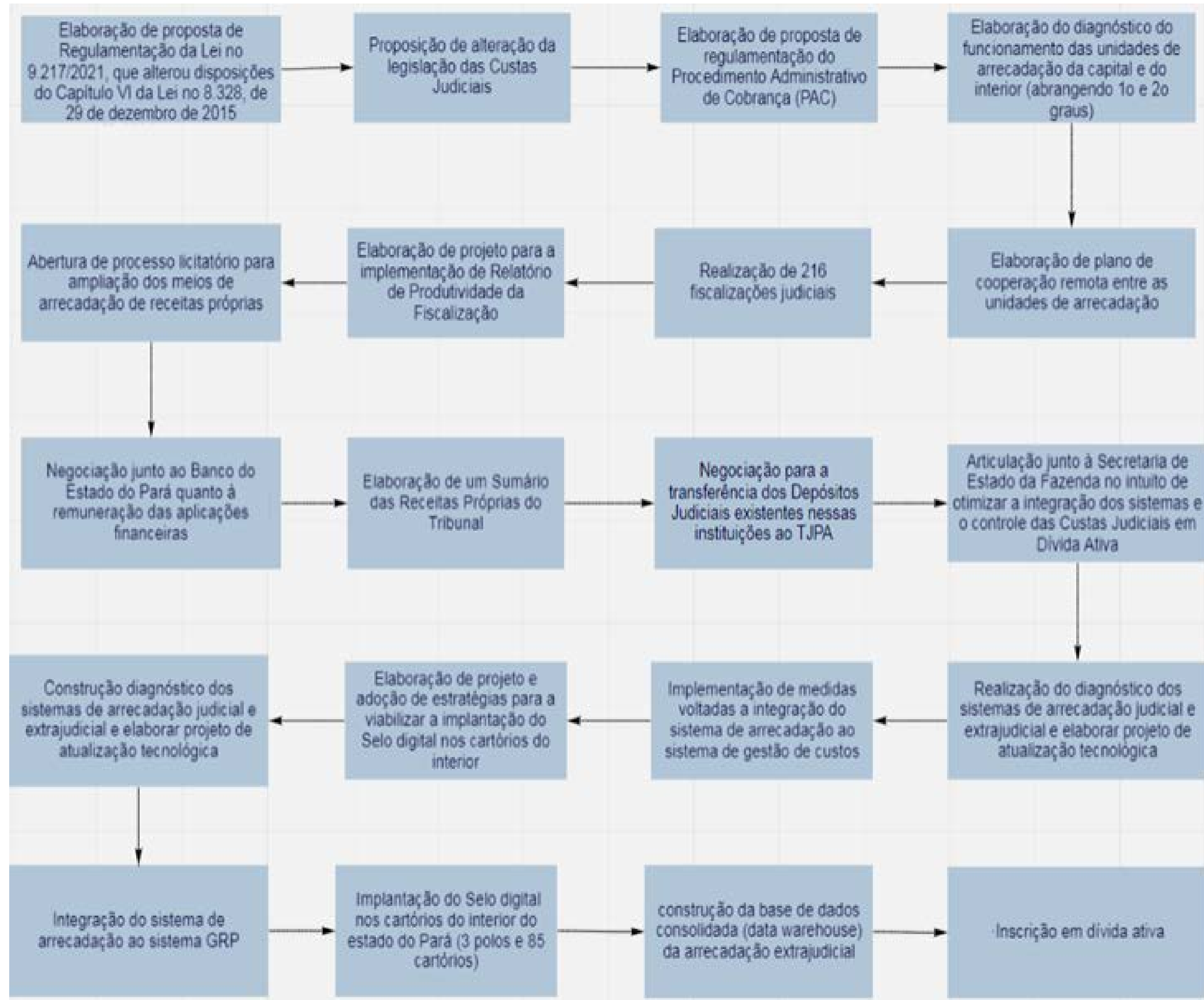
Elaboração de proposta para a contratação de solução de pagamento por meio eletrônico - sistema e-commerce, realizadas com cartão de crédito e débito, sem ônus para o Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

Articulação junto à Secretaria de Estado da Fazenda no intuito de otimizar a integração dos sistemas e o controle das Custas Judiciais em Dívida Ativa.

4 – APRIMORAMENTO DA GESTÃO DA ARRECADAÇÃO

A receita própria do Poder Judiciário é fundamental na sustentação financeira da política judicial e nesse contexto foram realizadas ações estratégicas à modernização da gestão da arrecadação judicial e extrajudicial, por meio da adoção de tecnologias de gestão e do uso intenso de tecnologia da informação, visando aprimorar os processos de gestão e fiscalização da arrecadação.

Ações Concluídas:



- Calendário de implantação do Selo Digital nas comarcas do interior no biênio 2021-2023:**

#	POLO	FASE DE PLANEJAMENTO		REUNIÃO DE ABERTURA DA IMPLANTAÇÃO	FASE DE HOMOLOGAÇÃO		DATA DE INÍCIO DA UTILIZAÇÃO DO SELO DIGITAL
		INÍCIO	TÉRMINO		INÍCIO	TÉRMINO	
1	Marabá	05/04/2021	30/04/2021	03/05/2021	04/05/2021	31/05/2021	01/06/2021
2	Redenção	03/05/2021	31/05/2021	01/06/2021	02/06/2021	30/06/2021	01/07/2021
3	Santarém	01/06/2021	30/06/2021	01/07/2021	02/07/2021	31/07/2021	01/08/2021
4	Paragominas	01/07/2021	31/07/2021	02/08/2021	02/08/2021	31/08/2021	01/09/2021
5	Altamira	02/08/2021	31/08/2021	01/09/2021	02/09/2021	30/09/2021	01/10/2021
6	Capanema	01/09/2021	30/09/2021	01/10/2021	04/10/2021	31/10/2021	01/11/2021
7	Abaetetuba	01/10/2021	31/10/2021	03/11/2021	04/11/2021	30/11/2021	01/12/2021
8	Castanhal	03/11/2021	30/11/2021	01/12/2021	02/12/2021	31/12/2021	01/01/2022
9	Tomé-Açu	07/01/2022	29/01/2022	01/02/2022	02/02/2022	26/02/2022	01/03/2022
10	Cametá	01/02/2022	26/02/2022	01/03/2022	02/03/2022	31/03/2022	01/04/2022
11	Marajó	01/03/2022	31/03/2022	01/04/2022	02/04/2022	30/04/2022	01/05/2022


Seguindo este calendário, já foram implementados em 85 cartórios, dos seguintes cartórios:

#	Polo
1	Marabá
2	Redenção
3	Santarém

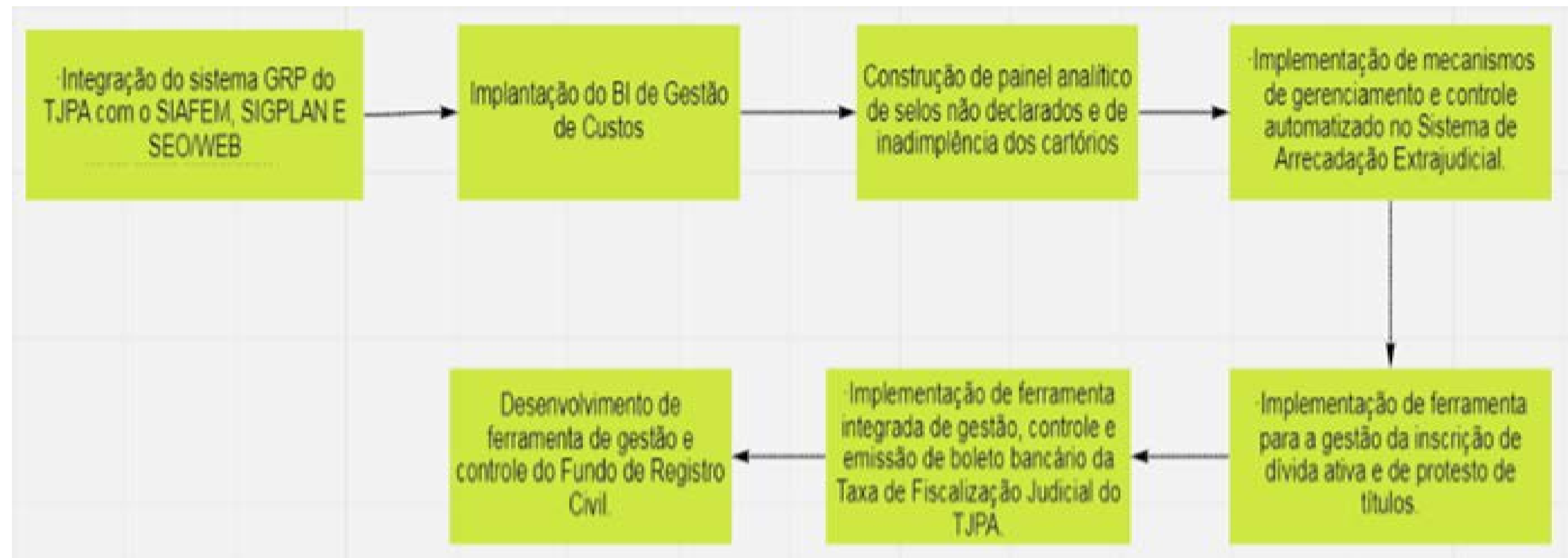
Destaca-se ainda, a construção de painel analítico de selos não declarados e de inadimplência dos cartórios. Foi construída a aplicação de inscrição em dívida ativa que já permitiu o volume de 1011 processos inscritos, com um valor de R\$ 1.153.997,05 (um milhão, cento e cinquenta e três mil, novecentos e noventa e sete reais e cinco centavos) desde o dia 06/06/2021.



Solicitação de Inscrição em Dívida Ativa

	<input type="text" value="login.rede"/>
	<input type="text" value="senha"/>
<input type="button" value="Entrar"/>	

Ações em Andamento



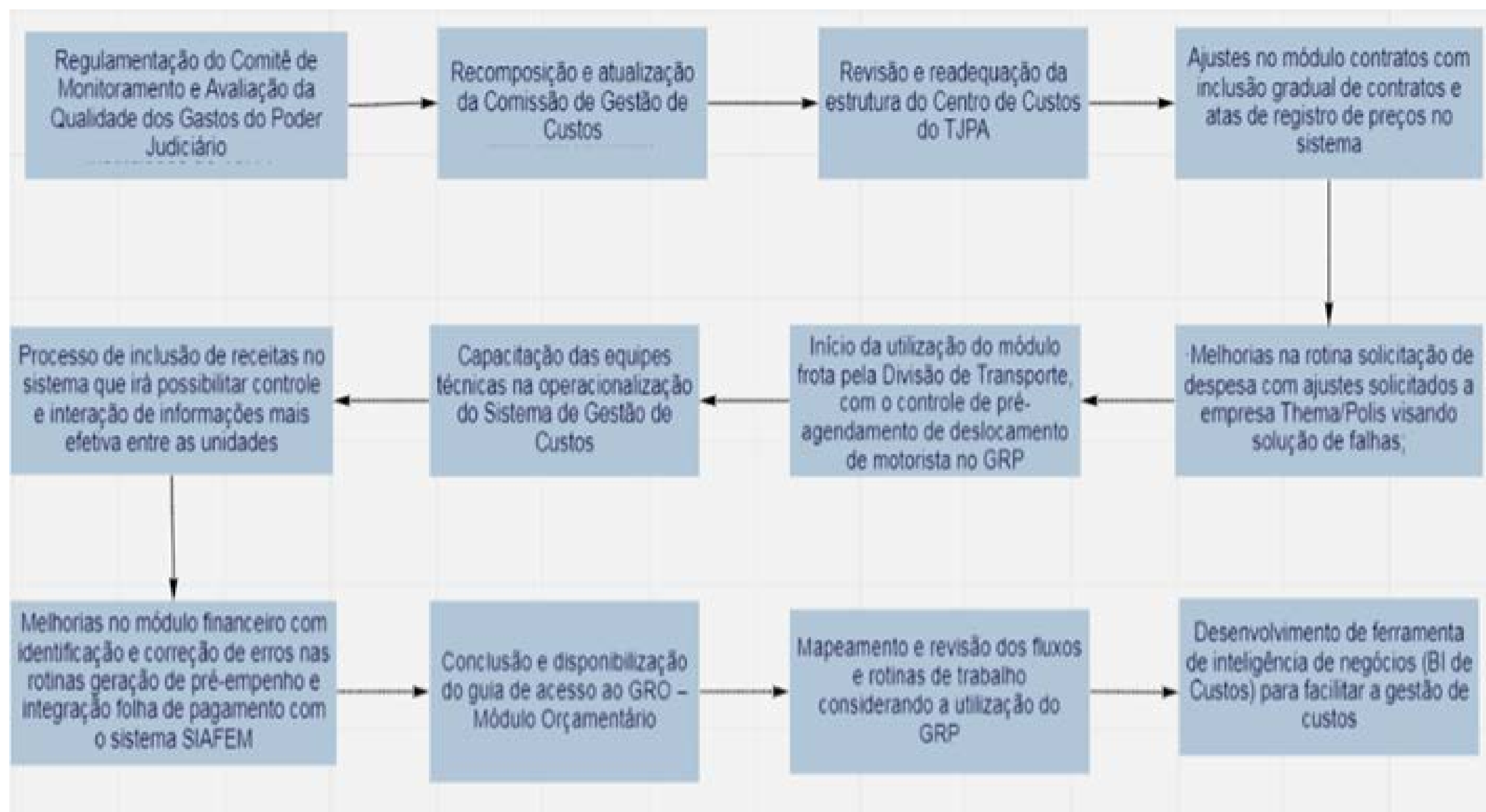
5- IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE QUALIDADE DOS GASTOS

Os dados orçamentários e financeiros demonstrados nas tabelas e gráficos deste relatório, dão as dimensões dos desafios do Poder Judiciário paraense em desenvolver políticas estruturantes em relação à melhoria da qualidade dos gastos e dos sistemas de controle e gestão de receitas.

Nesse diapasão, foram concebidas e se encontram em fase de desenvolvimento, ações voltadas à melhoria da qualidade dos gastos do Poder Judiciário, objetivando a eficiência da alocação dos recursos e apropriação dos custos das políticas judiciais, de modo a permitir

maior transparência, controle, monitoramento e mensuração de resultados, visando a tomada de decisão que conduza a efetividade na aplicação dos recursos públicos.

Os fluxos de trabalho no sistema de Gestão de Registros de Preços – GRP, estão em processo de revisão constante diante da implementação gradual de novas rotinas a partir da inclusão de funcionalidades e ajustes necessários nos vários módulos, e que dentro do cenário de integração causam impacto na gestão orçamentária e financeira.



Ações Concluídas:



Expediente

Produção do Departamento de Comunicação / Coordenadoria de Imprensa

Airton Nascimento

Edição de arte

